

Sabóia acha que anistia não vai mudar

BRASÍLIA — O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, acredita que o plenário da Constituinte confirmará a decisão da Sistematização, que aprovou uma anistia para militares cassados muito parecida com a emenda 26/85 da atual Constituição. "Creio e confio que essa questão não será alterada", disse o ministro, para quem "o momento é de olharmos para frente, de fazermos uma Constituição para o futuro, e não de remoermos o passado".

Sobre o mandato do presidente José Sarney, Sabóia a princípio não quis fazer comentários, assinalando que o próprio presidente já tinha se manifestado sobre o assunto. Mas terminou por observar que a redução para quatro anos, "no momento em que será necessária toda uma reestruturação jurídica do país, com votação de legislação ordinária e revisão das constituições estaduais, não é a melhor coisa que se poderia desejar". E completou:

— Mas vamos fazer o possível para que esses inconvenientes possam ser ultrapassados. O Brasil é um país de grande perspectiva, o importante é os políticos terem consciência de que o bem da Pátria está acima de tudo. Isso é que deve pautar a conduta dos homens públicos.

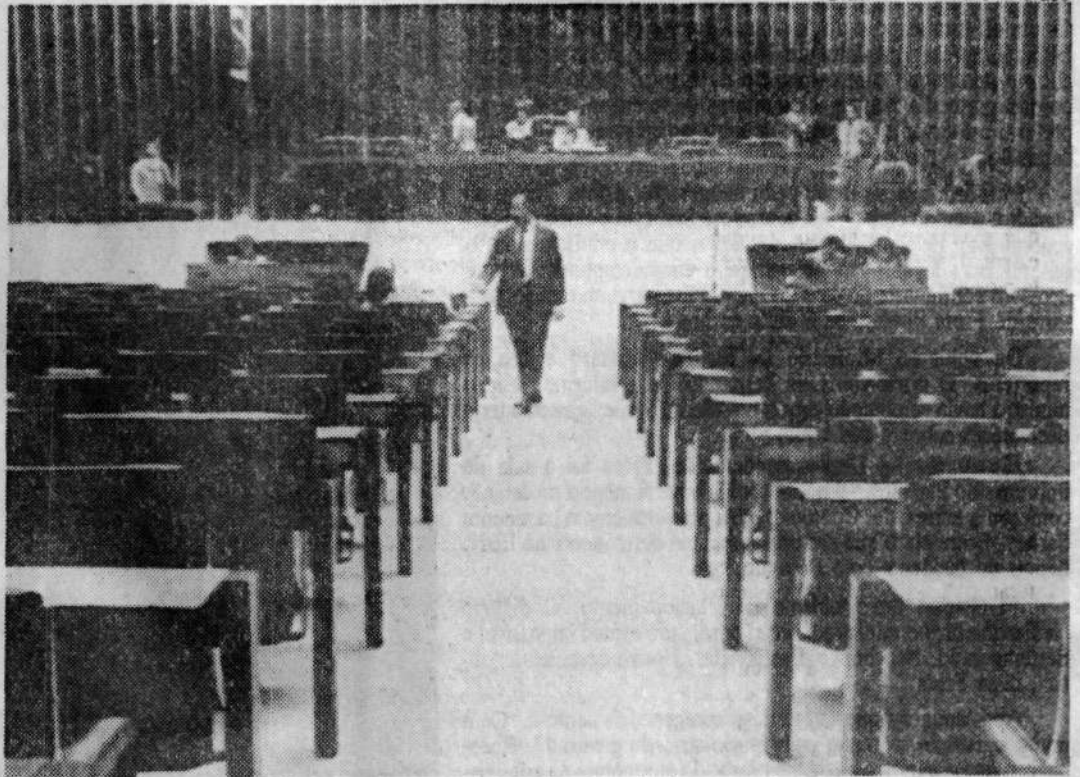
O ministro disse ainda que não haverá problema se ele tiver de deixar mais cedo o governo. "Se outro almirante assumir em meu lugar, nada vai mudar na Marinha. Lá as coisas andam sozinhas".

Presidencialista tem três emendas

RECIFE — Embora convicto de que poderá derrubar o parlamentarismo através da votação nominal no plenário da Constituinte, o bloco presidencialista já tem três emendas prontas para apresentar, caso essa primeira estratégia não dê certo. O grupo pensa em propor em primeiro lugar a não implantação do parlamentarismo a 15 de março; em segundo, a supressão do artigo do relatório da Comissão de Sistematização que impede a mudança do sistema de governo em cinco anos; e em terceiro lugar, a realização de um plebiscito para definir o sistema de governo junto com as eleições de 1988.

Essas informações são do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Ele anuncia para a próxima semana a realização do primeiro encontro dos presidencialistas em Brasília, que reunirá da esquerda do PT à direita do PFL e do PDS. Depois de conversar com o governador Miguel Arraes, que deseja um entendimento com o Planalto para que o presidencialismo seja preservado, Ferreira Lima diz que espera a presença na reunião do líder do governo no Congresso, Carlos Sant'Anna, e do líder do PFL, José Lourenço.

Ferreira Lima diz que há três tipos de parlamentaristas, todos passíveis de mudar de voto. Os convictos que, no entanto, sabem da dificuldade de mudar o regime de governo em um ano de eleição e crise econômica; os fisiológicos, que apenas pensam em usufruir dos cargos mas agora temem a crise; e os que abraçaram a ideia porque viram nela uma maneira de se livrar do governo Sarney o mais rápido possível, e que agora estão contentes com os quatro anos de mandato.



Quando tentaram abrir a sessão, só havia dois senadores no plenário

Dia vazio na Câmara e no Senado

A campanha do Senado tocou durante 32 minutos tentando levar ao plenário um número de senadores suficiente para abrir a sessão. Na Câmara, não foi diferente: apesar da pauta de 139 itens, pouco mais de 20 deputados compareceram. Este foi o panorama do Congresso Nacional um dia após o término dos trabalhos da Comissão de Sistematização da Constituinte. A maioria dos parlamentares aproveitou para viajar aos estados depois de 55 dias de trabalho intenso a Sistematização.

Na Câmara, os deputados utilizaram o tempo para fazer pequenas homenagens a suas bases. Os principais líderes políticos não apareceram. Na ausência do deputado Ulysses Guimarães, os trabalhos foram dirigidos por suplentes, os deputados Albérico Cordeiro (PFL-AL), Homero Santos (PFL-MG) e Daso Coimbra (PMDB-RJ). Todas as matérias votadas foram aprovadas por voto simbólico de lideranças.

A sessão do Senado foi ainda mais vazia do que a da Câmara. Marcada inicialmente para as 14h30min, foi adiada, por falta de quórum, para as 15h. A esta hora apenas dois senadores estavam no plenário, Francisco Rollemberg (PMDB-SE) e Meira Filho (PMDB-DF). Rollemberg, que presidia interinamente a sessão, acionou a estridente campanha de convocação dos colegas. Vinte e seis minutos depois apareceram, calmamente,

Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Guilherme Palmeira (PFL-AL).

Marasmo — Dois minutos depois chegou o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) que, vendo apenas quatro colegas, fez menção de ir embora: "Ah, não vai ter sessão", disse. A pedidos, ficou. A essa altura, um sonolento funcionário comentou: "Tomara que não tenha sessão. Assim vou para casa mais cedo".

Apesar dos 61 projetos da pauta e a de a mesa anunciar a presença de 63 senadores, a sessão foi aberta às 15h32min com apenas seis senadores: Rollemberg, Meira, Bornhausen, Palmeira, João Calmon e Gerson Camata. Pouco depois chegaram Ronan Tino, Luís Viana e Pompeu de Souza. O presidente da sessão lia expedientes e fazia votações sem que ninguém prestasse atenção.

O senador Afonso Camargo (PTB-PR) entrou no plenário, viu o panorama e foi embora sem falar com ninguém. O mesmo fez o senador Roberto Campos (PDS-MT). Só às 15h39min chegou a oposição, representada pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Ele sentou-se na cadeira de líder de seu partido mas não precisou ficar muito tempo: a sessão foi encerrada poucos minutos depois, constatada a evidente falta de quórum. Até a próxima quarta-feira, quando a Constituinte recomeça os seus trabalhos, a previsão é que as sessões da Câmara e do Senado tenham este mesmo ritmo.

Problema social preocupa PMDB

PORTO ALEGRE — O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes de Almeida, comparou a modificação do sistema de governo com eleições gerais como mudar de carro sem saber para onde se vai. "Um carro pode ser melhor do que outro, mas por si só não vai levar a lugar nenhum".

Ressaltou que o tempo de duração do mandato e a forma de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) podem ser importantes para o país se as duas propostas estiverem conectadas com outras medidas mais urgentes, como o direito à vida

e a salvaguarda desse direito pela questão da moradia, da terra e da saúde.

É importante, afirmou, que as propostas venham dentro de todo um contexto, pois, ai sim, elas terão sua razão de ser. D. Luciano acha que a discussão sobre presidencialismo ou parlamentarismo ou quatro ou cinco anos não deve ser tratada isoladamente como "se fosse uma peça de mobília sem quarto onde ela não se encaixa ou se insere". Tanto o sistema de governo quanto o tempo de mandato, "são instrumentos a serviço de um projeto de governo", disse. Segundo ele, se não houver a intenção de promover as classes desfavorecidas, essas perguntas ficarão isoladas.